



## **Ensino Superior: uma análise comparativa sobre os reflexos da integração regional entre Brasil e Argentina**

Lana Rodrigues Araújo  
Graduanda em Direito na UNIFOR  
Bolsista PBICT/FEQ  
lana.rodrigues@live.com

Antônio Walber Matias Muniz  
Doutor pelo PROLAM/USP  
Professor da Universidade de Fortaleza  
walber@unifor.br

**Resumo:** Para demonstrar como a integração entre Brasil e Argentina proporcionou elevação na qualidade da estrutura do ensino superior, surge esta pesquisa de natureza qualitativa e quantitativa, fundamentada em bases bibliográficas, artigos em sítios eletrônicos e dados estatísticos fornecidos por entidades governamentais. Inicialmente, faz-se uma breve explanação sobre o ensino superior em cada um dos países referidos, antes do processo de integração que formou o MERCOSUL. Em seguida, mostra-se uma comparação dos efeitos que a cooperação internacional trouxe para o crescimento dos países, em termos de reflexos econômicos e sociais. Encerrando, há uma análise criteriosa sobre o intercâmbio acadêmico e sua importância para a manutenção das relações internacionais do Brasil e de seu desenvolvimento.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento; Ensino Superior; Integração Regional.

**Resumen:** Con la finalidad de demostrar cómo la integración entre Brasil y Argentina dio lugar a la estructura de la calidad de la educación superior, surge esta investigación cualitativa y cuantitativa, basada en bases de datos bibliográficas, artículos en los sitios electrónicos y las estadísticas proporcionadas por entidades gubernamentales. Inicialmente, una breve explicación se hace en la educación superior en cada uno de estos países ante el proceso de integración del MERCOSUR que se formó. A continuación, se realiza una comparación de los efectos que la cooperación internacional aportó al crecimiento de los países en términos de consecuencias económicas y sociales. Para terminar, hay un cuidadoso análisis del intercambio académico y su importancia para el mantenimiento de las relaciones internacionales de Brasil y el su desarrollo.

**Palabras clave:** Desarrollo; Enseñanza superior; La integración regional.

### **Metodologia**

O presente estudo se constitui de pesquisa de natureza qualitativa e quantitativa, fundamentada em bases de dados bibliográficas, em artigos em acervos eletrônicos e em estatísticas e informes relacionados



aos países, disponibilizados por sites de organizações governamentais, assim como de entidades não governamentais.

## **Introdução**

Para a construção deste trabalho, inicialmente buscou-se fazer uma explanação acerca do Ensino Superior, no Brasil e na Argentina, antes da formação do MERCOSUL, como era estruturada sua organização e o contexto histórico e socioeconômico no qual ela estava inserida, com amparo em acervos bibliográficos, artigos eletrônicos e na legislação pátria.

Em seguida, discorre-se sobre os efeitos que a cooperação internacional no âmbito educacional trouxe para o desenvolvimento interno de cada país, utilizando, para demonstrar dados expressos em índices econômicos internacionais, livros e artigos científicos.

Por fim, busca-se demonstrar de que forma essa cooperação consolidada nos acordos que promovem a integração se reflete no grau de participação dos países nos compromissos decisórios da agenda educacional, tendo por base notícias, artigos científicos, acervos bibliográficos.

## **Brasil e Argentina: Ensino Superior no período que antecedeu a formação do MERCOSUL**

Antes de compreender os reflexos trazidos pela integração educacional, é preciso estudar como era a composição e estruturação do Ensino Superior nos referidos países, Brasil e Argentina, no período que antecedeu formação do MERCOSUL e antes da constituição de acordos e tratados acerca do tema, para que se possa estabelecer padrões a título de comparação.

A partir da década de 1990 e com mais vigor neste século, os processos de internacionalização e de integração da educação superior têm avançado, forjando alterações no panorama educacional tanto dos países centrais quanto dos países periféricos (DONINI; SANTOS, *online*).

A alteração da estrutura do ensino superior não era mais, portanto, uma preocupação restrita aos países chamados desenvolvidos; se concentrava agora, de modo mais incidente, nos países chamados periféricos ou emergentes. Logo, os países passaram a estabelecer o ensino como uma seara de extrema importância a ser “explorada”.



Conforme se apresentava a necessidade de retirar o Brasil de um estado basicamente de inércia no que se refere a aspectos relacionados ao crescimento e desenvolvimento do mesmo, era preciso rever as condições de formação dos profissionais que estavam a compor a mão de obra empregada naquele momento para poder formular uma estratégia completa, bem estruturada, de modo a tentar garantir o progresso nacional.

### **Ensino Superior no Brasil**

De um modo geral, o histórico do ensino no Brasil, no período anterior a 1991 sofreu diversas variações, principalmente na época em que nosso país estava sobre o regime militar, no qual havia restrições estabelecidas na sua estruturação, desde a Educação Básica até a Superior. Durante a ditadura militar foram privilegiados os cursos que pudessem favorecer o crescimento da mão de obra, em áreas que mais se assemelhavam ou se aproximavam da seara tecnológica é que obtiveram maior destaque, em virtude de que o país passava por uma fase de transição, em termos de busca de estratégias para alcançar maior crescimento, tendo estabelecido, para tanto, políticas de incentivo aos investimentos estrangeiros.

Foi neste contexto que acabou sancionada a lei de Reforma Universitária, a lei nº 5.540/68, baseada nos interesses do regime estabelecido, dentre eles: contenção do movimento estudantil universitário; incentivo a medidas de privatização do nível superior de ensino no nosso país; reduções de investimentos nas universidades públicas gratuitas, entre outros. Esta reforma proposta e instaurada pelo regime militar brasileiro trouxe consigo uma série de medidas que mudaram inúmeros aspectos das universidades públicas nacionais (SOUZA; RODRIGUES, *online*).

Ainda que o Estado tivesse essa percepção de ‘atraso no crescimento’, havia limitações também com relação ao acesso ao Ensino Superior, considerando-se que apenas aqueles indivíduos mais favorecidos financeiramente tinham condições para concorrer às vagas nas universidades públicas.

Tendo em vista que os níveis das provas de seleção eram altos, só quem teve um acesso à educação de qualidade, como era o caso das escolas particulares, era quem tinha preparo. Nas instituições privadas ocorria o inverso: aqueles com condições financeiras menores, que viviam em uma realidade difícil, não tinham tido acesso a uma boa educação, estes se matriculavam nessas instituições, não concorriam nas universidades públicas.



Os movimentos que reivindicavam mudanças na área educacional tiveram sua valorização reduzida porque o Estado, na época da ditadura resolveu adotar políticas para satisfazer as necessidades que se entendiam como prioridades no momento.

Embora haja divergência de opiniões, na época da ditadura, a capacitação ou qualificação de profissionais vinha acompanhada de maior possibilidade de formalização de propostas de emprego. Logo, estavam amparadas ou voltavam-se para a efetivação de políticas de infraestrutura e construção de estradas, como no caso dos profissionais formados em Engenharia. Apresenta-se então um instituto, conhecido como a tecnocracia, sobre o qual discorre SANTOS (2014, p. 124), quando afirma:

Num passado recente a tecnocracia se ocupou em realizar transformações no sistema produtivo e introduzir uma organização administrativa, dotada de racionalidade técnica para a condução das instituições públicas e privadas sob o primado da eficiência e da eficácia tendo em vista assegurar o desenvolvimento da sociedade capitalista.

A pesquisa aponta que, na época da ditadura, o Brasil recebeu muitos investimentos estrangeiros para tentar promover o crescimento do país e que, dentre esses investimentos, em termos econômicos, houve um direcionamento deles para a área educacional. Ao passo que, ao se falar sobre os estrangeiros, quer-se dizer que o Brasil, por conta e risco não tinha condições financeiras para arcar com as despesas necessárias para a concretização de projetos/políticas para tentar fazer o país crescer, daí entra a questão da interferência/presença de estrangeiros.

Esses investimentos estrangeiros se fizeram presentes principalmente no setor privado, com o estímulo da disseminação de instituições particulares de ensino, não somente universidades, como também faculdades e escolas técnicas, que atualmente vem ganhando força na última década.

### **Ensino Superior na Argentina**

A história do ensino superior na Argentina guarda suas semelhanças com o caso brasileiro, em virtude de que também passou por regimes ditatoriais que influenciaram não só nas questões políticas e econômicas, mas também na seara educacional. Contudo, a formação das universidades já vem de período mais antigo, no sentido de que as instituições tanto públicas tanto particulares já tinham se consolidado, o que, no Brasil, só veio a acontecer a partir da época da ditadura.



Na época em que o Presidente Juan Domingos Perón esteve no poder, várias mudanças ocorreram; no primeiro governo, houve um período próspero, marcado por avanços no desenvolvimento da Argentina; enquanto que no segundo governo, na década de 1950, houve um declínio que repercutiu nos anos que se seguiram ao regime.

Iniciou-se, no final da década de 1960, um processo de transferência das escolas federais para as jurisdições das províncias e da capital Buenos Aires, de acordo com uma lógica ora economicista, ora tecnocrática, ora de preocupação com a qualidade da educação, ora de inspiração democrático-participativa. (CASTRO, *online*).

O acesso às universidades era bastante facilitado, sendo necessário apenas efetuar a matrícula, uma vez que os candidatos tivessem seus diplomas do ensino secundário. Essa atitude promovida durante a presidência de Juan Domingo Perón (1946-1955) fez com que houvesse uma massificação do Ensino Superior, considerando-se não existir toda aquela burocratização como ocorria no Brasil, por exemplo.

Enquanto o governo argentino seguiu um processo "dedutivo", mediante a promulgação de leis sucessivas, uma voltada para toda a educação nacional, outra só para o ensino superior, o governo brasileiro preferiu (ou não teve condições de proceder de outra maneira) a promulgação de leis e decretos voltados para aspectos específicos e não sequenciados, embora guardassem uma estreita articulação entre si, num quadro geral bem definido, mas não explicitado (VELLOSO, 1998, p. 24).

Ademais, o ensino público argentino era oferecido sem a cobrança de taxas; grande parcela da população tinha condições de ingressar devido a educação recebida no nível Básico e Fundamental, então havia uma preparação para a concorrência das vagas nas instituições públicas.

A presença do Estado argentino era mais forte nas instituições de ensino superior; não havia aqui, como ocorreu no período ditatorial no Brasil, a predominância de investimentos estrangeiros para incentivar a abertura e disseminação de instituições privadas, nas quais o ingresso, assim como nas instituições públicas, era livre, sem haver a necessidade de um processo seletivo.

### **Efeitos da cooperação educacional para o crescimento interno dos referidos países**

A educação superior, pela via da integração regional, começou a ser disseminada no início da década de 1990. Em outras palavras, esta modalidade de intercâmbio acadêmico foi sendo percebido



como uma alternativa para tornar real a proposta de integração, uma vez que os resultados são percebidos de maneira mais evidente.

A transmutação entre a época das ditaduras brasileira e argentina e a posterior formação do MERCOSUL não causou, inicialmente, tantas modificações no tocante a estruturação da Educação Superior de uma maneira geral, em virtude desses países já estarem passando naquela época por profundas transformações no ensino. Entretanto, pode-se observar, nesse período, uma preocupação com a qualificação profissional.

Nesse sentido, a qualificação da mão de obra deixou de ser uma preocupação apenas do Estado ou feita por imposição direta deste, passando a ser percebida pela sociedade como algo necessário para sua sobrevivência (individualmente) no mercado competitivo que a exigia, como até hoje ocorre.

Contudo, vale ressaltar que essa capacitação não vem sempre acompanhada da garantia de emprego certo – cenário diferente do que se via na época da ditadura – havendo, por vezes, uma contradição entre a formação profissional e seu exercício prático, causando o desvio da finalidade do conhecimento a ser aplicado na mesma área de formação.

Surgiu, assim, o discurso da “reforma educativa” nos diferentes países, propondo políticas, embora com as peculiaridades devidas a um desenvolvimento não homogêneo nos diversos sistemas da região. No marco dessas reformas, o discurso da “qualidade” para a melhoria da educação foi um dos tópicos manifestados tanto na educação básica quanto na educação superior (BARREYRO; LAGORIA, *online*).

Em decorrência do processo de integração educacional instalado após a instituição do Mercosul, no que se refere ao ensino superior entre os países que compõem o bloco, estão em vigência, atualmente, os seguintes programas e projetos: Programa de Associação para a mobilidade de docentes da graduação; a Acreditação Regional de Cursos Universitários do Mercosul — ARCU-SUL, o Programa de Mobilidade Acadêmica Regional — MARCA, o Programa de Associação para o Fortalecimento dos Cursos de Pós-graduação; Programa de Mobilidade MERCOSUL – PMM; Núcleo de Estudos e Pesquisas de Educação Superior (ANDRÉS, 2010, *online*).

Entretanto, é importante frisar que não basta apenas participar dos programas ou projetos e finalizar estudos acreditando que “automaticamente” o diploma obtido por eles passaria a ser válido. No caso brasileiro, faz-se necessário antes buscar sua validação junto aos órgãos competentes para que o diploma obtido em outro país possa surtir os mesmos efeitos de um diploma obtido em instituições de ensino



superior nacional. No Brasil, os órgãos competentes para implantação dessas políticas e a negociação dos termos dos acordos são o Ministério da Educação — MEC e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, no caso de pós-graduação. Na Argentina há um órgão de acreditação semelhante a CAPES, no caso a CONEAU.

A revalidação de diplomas estrangeiros na Argentina é atribuição das Universidades Nacionais, de gestão estatal (pela Lei nº 24.521). Cabe ressaltar que o Acordo sobre a Criação e a Implementação de um Sistema de Credenciamento de Cursos de Graduação para o Reconhecimento Regional da Qualidade Acadêmica dos Respetivos Diplomas no Mercosul e Estados Associados, assinado em 2008, está em vigor, com o Sistema ARCU-SUL funcionando para as instituições credenciadas, nos cursos de Agronomia, Engenharia, Medicina, aos quais se somaram recentemente Arquitetura, Enfermagem, Odontologia e Veterinária. Todos os documentos brasileiros necessários para a revalidação de diplomas na Argentina são beneficiados pelo Acordo sobre Simplificação de Legalizações em Documentos Públicos (MRE, 2016, *online*).

Considera (2016, p. 138) explica que um dos principais desafios no caso do Brasil, enquanto país emergente, assim como outros países que estão em semelhantes condições, é superar o “déficit educacional e de formação técnica que prejudicam a produtividade da mão de obra”, o que coaduna com a ideia acerca da aplicação da tecnocracia nos modelos de gestão das últimas décadas. Em outras palavras, explica-se que o país nem sempre estava/esteve preocupado com o indivíduo enquanto sujeito, e o via sim, muitas vezes, como um objeto a ser utilizado para promover o crescimento sob uma ótica capitalista.

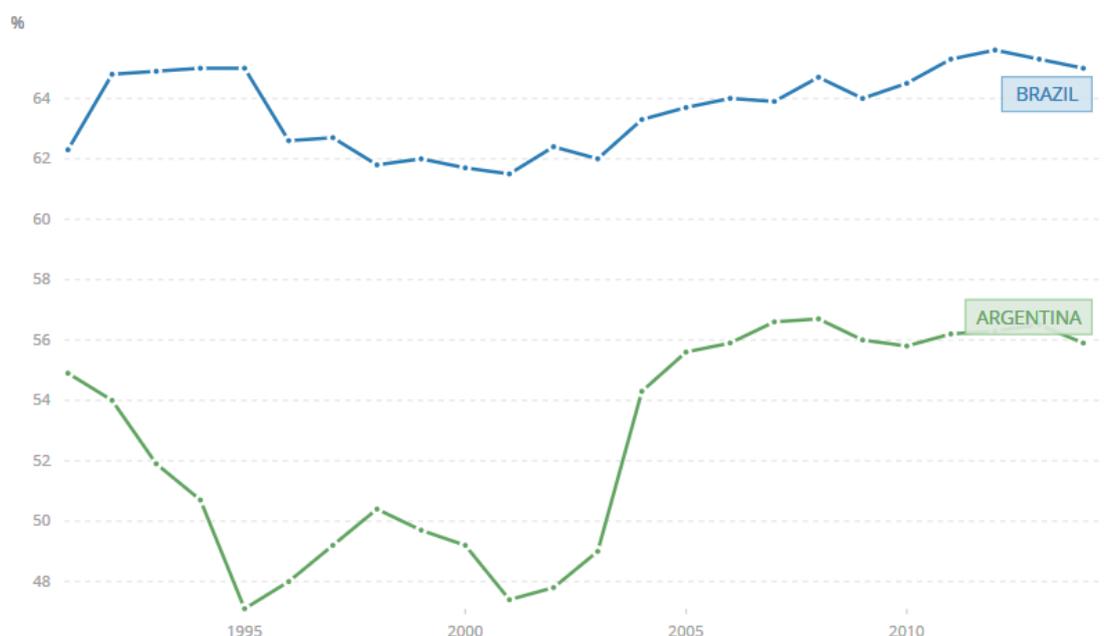
Ao estabelecer parâmetros entre a quantidade de estudantes no ensino superior e os índices de emprego brasileiro e argentino, houve uma relevante modificação com base nas relações entre esses fatores. Os índices apresentados não estão incluindo as vagas de emprego preenchidas em decorrência da qualificação promovida pelos acordos internacionais; logo, as críticas aqui apresentadas referem-se aos números analisados no âmbito nacional.

Embora o setor informal tenha crescido em virtude da alta nos índices de desemprego, cumpre salientar que o que tem colaborado para a ‘sobrevivência’ dos indivíduos, garantindo propostas e a efetivação das contratações com carteira assinada, é a qualificação profissional adquirida por eles, ainda que não em sua totalidade. Ainda assim, acarreta consequências diretas, fazendo com que o índice de população empregada tenha crescimento linear, proporcionalmente, no Brasil e na Argentina.

Como pode ser observado no Gráfico 1, que apresenta dados de 1995 a 2014, o índice brasileiro oscilou menos do que o índice argentino. Esse cenário encontra justificativa em vários fatores, mas principalmente na instabilidade que se fez presente em ambos os países, em maior grau na Argentina.

O período compreendido entre os anos 1976-1983, no qual houve a última ditadura militar, trouxe consequências terríveis para uma Argentina que vinha crescendo bastante, não só para as esferas política e econômica, mas acima de tudo, na social, com relação ao desemprego e as revoltas da população, cenário que veio de fato começar a ser modificado a partir do ano de 2003, com governo de Néstor Kirchner.

Gráfico 1 – População empregada em índices brasileiro e argentino



**Fonte:** *Employment to population ratio, 15+, total (%) (modeled ILO estimate). The World Bank.*<sup>1</sup>

Outro fator que vale mencionar é o da resistência ou requisitos cada vez mais específicos por parte dos empresários ou empregadores que os estabelecem como forma de decidir quem contratar, tendo em vista que, em períodos de retração econômica, as empresas, independentemente do ramo a que se vinculam, precisam determinar quais os critérios que podem ser utilizados no momento em que irão contratar os profissionais, uma vez que a quantidade de vagas é pequena, logo a concorrência é alta.

<sup>1</sup> Disponível em: <<http://data.worldbank.org/indicador/SL.EMP.TOTL.SP.ZS?locations=BR-AR>>. Data de acesso: 30 set 2016.



A chance de uma pessoa da população em idade ativa com formação profissional concluída é 48,2% maior que outra pessoa sem estes cursos, mas com características observáveis iguais [...]. Os cursos de graduação tecnológica equivalentes ao nível superior proporcionam um aumento de noventa e cinco, sete por cento na ocupabilidade das pessoas (NERI, 2010, p. 16-23).

Conclui-se, portanto, que por mais que seja promovida a melhora na reestruturação do ensino, também deve haver um equilíbrio com os aspectos econômicos e políticos, uma vez que não funcionam de modo isolado.

Os tratados e convênios internacionais que foram firmados proveram sim, inegavelmente, a capacitação nas áreas que o mercado necessita, mas deve-se observar que isso não implica de imediato maiores demandas de emprego, por lado, favorece a expectativa futura de melhoria desses índices que visam demonstrar o crescimento interno do país a longo prazo.

### **Importância do intercâmbio acadêmico para a manutenção das relações internacionais do Brasil e do seu desenvolvimento em meio à crise**

Uma vez que os acordos firmados nas reuniões realizadas pela Argentina e pelo Brasil objetivavam promover melhorias na capacitação dos profissionais, é possível dizer que, pelo menos no âmbito educacional, se cria a expectativa de uma evolução no tocante a integração regional que se estabeleceu com vistas a uma estratégia inteligente de promoção do crescimento nacional.

Cada um trouxe sua experiência para elaboração da proposta do bloco, estabeleceu uma política de fomento das atividades de pesquisa e pós-graduação, por meio da formação de recursos humanos, desenvolvimento de atividades acadêmicas e pesquisa conjuntas, através dos programas já mencionados (BERNARDO, *online*).

O cenário de crise apresentado pelo Brasil inicialmente na esfera política, mas que depois ‘arrastou’ as demais esferas componentes da formação do Estado, tornou mais difícil de conseguir manter as relações internacionais de maneira estável, pois a insegurança dos países com quem ele havia estabelecido tratados e acordos tornou-se uma linha tênue.

Considerando-se que, uma vez que os países em estudo estabelecem uma cooperação entre si, os acontecimentos que afetarem internamente um deles irá gerar repercussões no outro. É possível perceber



que não é algo isolado. Portanto, não é possível construir uma relação de confiança, concretizada a partir da criação de acordos, estabelecimento de responsabilidades, se não houver segurança atraindo e mantendo investimentos.

Quanto a esses investimentos pode-se afirmar que os mesmos, no processo de integração regional educacional eles contribuem para a visibilidade do Brasil como um país que tem chances de crescer. Contudo, precisa de auxílios, no sentido econômico, já que está passando por uma fase difícil, quando relaciona-se aspectos econômicos-políticos-sociais, então precisa melhorar a sua imagem (internacionalmente falando) para ter condições de retomar um bom ritmo de crescimento, aqui sendo incluído o estabelecimento de cooperação Brasil-outros países.

No Setor Educativo do MERCOSUL, os processos que relativamente lograram mais êxitos são aqueles derivados dos acordos para implementação de mecanismos de avaliação e acreditação/reconhecimento de carreiras universitárias entre os países membros e associados (SANTOS, *online*).

Percebe-se que a integração educacional é uma estratégia mais segura para ambos os países referidos, quando comparada com a integração que se realiza no âmbito econômico, devendo ser percebida como uma das prioridades nas políticas a serem colocadas em discussão nos acordos internacionais estabelecidos, tendo em vista que a Educação fortalece a base e sustentação a todo e qualquer Estado, pois é por intermédio dela, e não somente da Economia, que uma Nação pode assegurar o seu crescimento e desenvolvimento.

Confirma-se, assim, na América Latina, a tendência de os Estados nacionais internacionalizarem suas estruturas internas e suas funções para a adaptação das economias nacionais às exigências do sistema liberalizado de comércio e investimento em escala mundial. Na área educacional, como lhe é característico, a teoria do capital humano identifica as possibilidades de crescimento sócio-econômico, no atual contexto internacional, à capacitação tecnológica que, por sua vez, depende de educação e formação profissional adequadas (PILETTI; WALTER, *online*).

O desenvolvimento e a educação, portanto, funcionam de maneira interligada; um se torna meio (educação) para alcançar o fim (desenvolvimento). A teoria do capital humano que aqui se fala é uma possibilidade que poderia ser aplicada no Brasil, considerando os atrasos já mencionados neste trabalho,



também em virtude de promover não só a qualificação profissional, como também voltar a atrair as atenções dos países com os quais o Brasil busca manter ou então começar a criar laços de cooperação.

Consideramos que o intercâmbio acadêmico é uma alternativa que se tem mostrado bem-sucedida nesse aspecto de ampliar os limites que anteriormente se faziam presentes em nível de Ensino Superior, trazendo agora uma mescla de culturas, de mistura de povos diferentes, de modo a conseguir equilibrar, gradualmente, as carências que o Brasil ainda possui.

Ao guardar as experiências tidas em outro país, no caso a Argentina, os brasileiros conseguem obter o conhecimento a partir de uma ótica diferenciada daquela que geralmente se faz enraizada pela estrutura de ensino que havia sido estabelecida aqui, até mesmo por questões históricas, não somente por políticas adotadas nos dias atuais.

Conclui-se que quando se relaciona a integração regional educacional e questões vinculadas ao desenvolvimento, os efeitos respectivos são diretamente percebidos como impactantes no ritmo de crescimento do Brasil, ainda que não seja de modo integral, por terem outras variáveis envolvidas, mas que demonstram um futuro promissor a ser esperado com grandes expectativas.

### **Considerações Finais**

A construção do presente trabalho teve como propósito demonstrar como a integração regional educacional estabelecida entre Brasil e Argentina contribuiu para o aprimoramento da qualificação dos profissionais em nível de Ensino Superior, tendo por base artigos científicos, livros, estatísticas oficiais fornecidas por órgãos internacionais e dados fornecidos por entidades governamentais.

Primeiramente foi realizada uma exposição sobre como se encontrava o ensino superior brasileiro e argentino, como ele estava estruturado antes do processo de integração que formou o MERCOSUL, verificando-se questões que diretamente interferiram no processo, principalmente na época da ditadura, na qual acontecimentos causaram retrocesso em alguns momentos para os referidos países.

Após essa primeira análise dos efeitos que a cooperação internacional trouxe para o crescimento interno do Brasil e da Argentina, em termos de reflexos econômicos e sociais, constatou-se que, estudando os impactos através de estatísticas que puderam auxiliar na compreensão de como a educação superior pode contribuir para melhores condições na qualidade de vida, através da capacitação



profissional, a remuneração percebida pelos profissionais é diretamente proporcional ao nível de qualificação que possuem, ainda que em alguns casos haja um desvio entre o objeto da formação profissional e a ocupação de postos de emprego em áreas diversas da sua formação, se consegue perceber uma repercussão positiva acima de tudo, por trazer melhorias na condição financeira, que diretamente afeta a esfera social.

Quanto à explanação sobre a forma que essa cooperação internacional, estabelecida no âmbito educacional, tem colaborado para a manutenção das relações do Brasil com outros países, podendo-se dizer que os fluxos migratórios entre estudantes brasileiros e argentinos, a partir de então constituídos têm diretamente impactado no desenvolvimento do Brasil, assim como tem atraído a atenção de outros países, que não somente a Argentina, para trazer investimentos e consolidar as relações internacionais e o desenvolvimento com bases seguras.

## Referências

ANDRÉS, Aparecida. **A Educação Superior no setor educacional do MERCOSUL**. Disponível em: <[http://www2.camara.leg.br/documentos-e-pesquisa/publicacoes/estnottec/areas-da-conle/tema11/2009\\_9885\\_.pdf](http://www2.camara.leg.br/documentos-e-pesquisa/publicacoes/estnottec/areas-da-conle/tema11/2009_9885_.pdf)>. Data de acesso: 08 out 2016.

BARREYRO, Gladys Beatriz; LAGORIA, Silvana Lorena. **Acreditação da Educação Superior na América Latina: os casos da Argentina e do Brasil no contexto do MERCOSUL**. Disponível em: <[http://www.usp.br/prolam/downloads/2010\\_1\\_1.pdf](http://www.usp.br/prolam/downloads/2010_1_1.pdf)>. Data de acesso: 12 set 2016.

BERNARDO, Glaucia Julião. **A transferência de políticas públicas de educação superior do Mercosul ao Brasil**. Disponível em: <<http://www.humanas.ufpr.br/portal/nepri/files/2012/04/A-transfer%C3%Aancia-de-pol%C3%ADticas-p%C3%BAblicas-de-educa%C3%A7%C3%A3o-superior-do-Mercosul-ao-Brasil.pdf>>. Data de acesso: 14 set 2016.

BRASIL. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES – MRE. **Aproveitamento de Estudos e Revalidação de títulos acadêmicos estrangeiros no exterior**. Disponível em: <[http://www.dce.mre.gov.br/revalidacao/no\\_exterior.php#argentina](http://www.dce.mre.gov.br/revalidacao/no_exterior.php#argentina)>. Data de acesso: 10 out 2016.

CASTRO, Marcelo L. Ottoni de. **Brasil e Argentina: Estudo comparativo das respectivas leis gerais sobre Educação**. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/textos-para-discussao/td-32-brasil-e-argentina-estudo-comparativo-das-respectivas-leis-gerais-da-educacao>>. Data do acesso: 28 set 2016.

CONSIDERA, Carlos Alexandre. **Política Internacional I: a política externa brasileira e os novos padrões de inserção no sistema internacional do século XXI**. São Paulo: Saraiva, 2016, p. 138.



DONINI, Ana Maria Cambours de; SANTOS, Maria Rosimary Soares dos. **Políticas de Integração e Internacionalização da Educação Superior no MERCOSUL educativo**. Disponível em: <<http://www.saece.org.ar/docs/congreso4/trab74.pdf>>. Data do acesso: 11 set 2016.

MERCOSUL. **Tratado de Assunção**. 26 de março de 1991.

NERI, Marcelo Cortes. **A Educação Profissional e Você no Mercado de Trabalho**. Rio de Janeiro: FGV/CPS, 2010, p. 16 a 23.

PILETTI, Nelson; WALTER, Praxedes. **Mercosul, competitividade e educação**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v12n34/v12n34a22.pdf>>. Data de acesso: 13 set 2016.

SANTOS, F. **Tecnocracia capitalista: fundamentos e implicações para a educação**. 2014. 205 fls. Tese Doutorado em UFSCar, São Carlos, 2014, p. 124.

SANTOS, Maria Rosimary Soares dos. **O MERCOSUL Educativo e as políticas de avaliação e acreditação na Educação Superior**. Disponível em: <<http://www.anpae.org.br/simposio2011/cdrom2011/PDFs/trabalhosCompleto/comunicacoesRelatos/0382.pdf>>. Data de acesso: 12 set 2016.

SOUZA, Aline Nunes F.; RODRIGUES, Viviane de Souza. **A privatização da educação superior no Brasil: das reformas da ditadura militar (1964-1985) ao governo Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010)**. Disponível em: <[http://www.pcb.org.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=3727:a-privatizacao-da-educacao-superior-no-brasil-das-reformas-da-ditadura-militar-1964-1985-ao-governo-luis-inacio-lula-da-silva-2003-2010&catid=65:lulismo](http://www.pcb.org.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=3727:a-privatizacao-da-educacao-superior-no-brasil-das-reformas-da-ditadura-militar-1964-1985-ao-governo-luis-inacio-lula-da-silva-2003-2010&catid=65:lulismo)>. Data de acesso: 13 set 2016.

THE WORLD BANK. **Employment to population ratio, 15+, total (%) (modeled ILO estimate)**. Disponível em: <<http://data.worldbank.org/indicator/SL.EMP.TOTL.SP.ZS?locations=BR-AR>>. Data de acesso: 30 set 2016.

VELLOSO, Jacques. **O ensino superior e o Mercosul**. Rio de Janeiro: Garamond, 1998, p. 24.